

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



POSSIBILIDADES PARA (RE) PENSAR A INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL A PARTIR DAS FAMÍLIAS: ESTUDO DE CASO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PIO BITTENCOURT EM SALVADOR – BAHIA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

JESUS; Matheus Wisdom Pedro de ¹

RESUMO

Pensar a inclusão de crianças com deficiência na contemporaneidade é um dever coletivo que transcende, por parte da escola, a mera elaboração de recursos adaptados ou a concessão de auxílios de desenvolvimento infantil para acompanhar o aprendiz em sala de aula. Partindo da ideia de que todo ser humano é também um ser biopsicossocial e deve ser visto de forma holística, compreender as muitas variáveis e formas que o constitui é uma tarefa de todos dentro do ambiente educacional.

A dissertação de mestrado concluída no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) intitulada “Inclusão socioeducacional de educandos com deficiência intelectual: percepções de mães da APAE Salvador” que faz parte do Saber Aberto do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC / UNEB), apresentou resultados concludentes e plausíveis de serem analisados sobre a necessidade de começar a inclusão a partir das famílias de crianças com deficiência. A mesma, que teve como metodologia a fenomenologia, entrevistou através do *google meet*, 17 (dezessete) mães e 03 (três) pais de educandos com deficiência intelectual que são assistidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador (APAE) no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Embora a referida instituição atue na oferta do AEE, um número expressivo das entrevistadas tem os seus filhos matriculados na Rede Municipal de Salvador trazendo assim dados que evidenciam uma realidade dentro das unidades municipais. Percebeu-se, a partir da análise dos resultados obtidos, a necessidade de instrumentalizar essas famílias para melhor compreender as demandas específicas de suas crianças e estarem atentos a pontos de melhoria dentro do sistema educacional.

A aplicabilidade do que foi observado na pesquisa referenciada tem agora seu loco no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Pio Bittencourt, no bairro da Federação em Salvador – Bahia. O CMEI atende crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos de idade sendo a creche em horário integral e a pré-escola em horário parcial. Situado entre o Parque São Braz e o Vale da Muriçoca, o CMEI possui 31 (trinta e um) funcionários e atende a comunidade ao seu entorno, a saber, os bairros da Federação e Vasco da Gama, contemplando uma média de 157 (cento e cinquenta e sete) famílias que frequentam o espaço educacional diariamente.

A pauta inclusão sempre foi latente dentro da rede municipal de Salvador e com significativos entraves das mais diversas ordens. Estudos como Silveira (2011) e Jesus (2022) já abordavam o crescente número de crianças com deficiências nas escolas públicas nos últimos anos. De modo simultâneo, os centros especializados não têm comportado o quantitativo existente que precisa de suporte socioeducacional para garantir o acesso e permanência na rede regular de ensino.

Em 2023 (dois mil e vinte e três), mais precisamente no mês de outubro, iniciou-se no respectivo CMEI o “Projeto Pio Inclusão” que visa trazer formações específicas para mães de crianças com deficiência interessadas

¹ Universidade do Estado da Bahia, matheuswisdom@gmail.com

em buscar atendimento multidisciplinar para suas crianças. De modo voluntário, o grupo iniciou com 06 (seis) mães e hoje conta com 13 (treze) tem sido uma rede de apoio na busca e fomento de atividades pedagógicas inclusivas e atendimentos terapêuticos. Assim, na busca pela (in) formação, são trazidos mensalmente pela gestão, a partir da escuta das famílias, profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais com suas contribuições norteadoras.

Principiado pela gestão da unidade, o projeto se pautou, para além de uma urgência, em uma pedagogia da escuta que busca “fundir a ação e a investigação, incluindo as vozes dos participantes” (Formosinho; Monge; Oliveira-Formosinho, 2016, p.18). Além disso, a família presente nas discussões técnicas da inclusão enquanto fomentadoras de práticas inclusivas é uma possibilidade ímpar de desmistificar e ressignificar a ideia de um “currículo pronto-a-vestir de tamanho único” que, por sua vez, não contempla todas as crianças e suas especificidades (Ribeiro, 2022).

Os discursos trazidos pelas famílias, nesse caso mães, traz consigo narrativas *debullying*, preconceito, violência simbólica vivenciada por elas e suas crianças o que, consequentemente, abala as estruturas emocionais de ambos e causa, como desencadeamento, medos, receios e temores do futuro urgindo a necessidade de uma rede de apoio que enfrente e compreenda os mesmos desafios diários e tenham objetivos alinhados, neste caso, o grupo formado pelo Projeto Pio Inclusão (Portela, 2021; Sá; Rabinovich, 2006). Nesse liame é importantíssimo a escuta atenta como um processo de ação-reflexão-ação que modifique a realidade pré-existente, afinal como afirma Ribeiro (2022, p.36) “isso requer uma profunda análise crítica em relação aos diferentes organizadores do processo educativo, como por exemplo, os espaços, os tempos, as materialidades, as interações e narrativas (nas múltiplas linguagens).”

A partir do projeto, é notável o envolvimento da equipe de funcionários diante da convocação para um novo olhar de práticas outrora reproduzidas. Nesse aspecto, a gestão inclusiva faz-se de grande urgência para fortalecimento das práticas pedagógicas visto que “docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas” (Sant’ana, 2005, p. 228). Elucidar a proposta de uma gestão inclusiva na contemporaneidade a partir do que é proposto pela gestão é, sobretudo, manter a proposta democrática dentro da unidade e ultrapassar os muros da sala de aula para acolher outras demandas específicas da inclusão que podem ser consideradas dentro do espaço escolar desvincilhando a responsabilidade especificamente para o docente afinal, “[...] o papel de garantir o cumprimento da função educativa que é a razão de ser da escola. Nesse sentido, é preciso dizer que o diretor da escola, é antes de tudo, um educador” (Saviani, 2004, p. 208).

A escuta convoca e provoca. A proposta de escutar as famílias para traçar um planejamento inclusivo perpassa, nesse ínterim, sobre uma reflexão coletiva do que vem sendo feito e põe o coletivo para (re) pensar outras estratégias pré-existentes a partir desta. A família, mais especificamente familiares de crianças com deficiências, passam a ganhar gradativamente vez e voz, isso porque de modo indissociável a direito à escuta está, impreterivelmente em harmonia com o direito à voz.

Para a gestão, o plano a ser traçado segue, como primor, a escuta em seu contexto *deêpoché*, onde as ideias concebidas sobre inclusão são despidas e reformuladas, pois quase sempre “não ouvimos o que o outro fala, mas, sim, o que gostaríamos de ouvir. Assim, imaginamos o que o outro estaria falando. Não partimos de sua fala, mas de nossa fala interna. Reproduzimos, desse modo, o monólogo que nos ensinaram” (Freire, 1996, p. 45).

A instrumentalização das famílias de crianças com deficiência do CMEI tem possibilitado uma rede de apoio interfamiliar onde as experiências de luto após a chegada do diagnóstico, alteração de relacionamento conjugal, desistências e estudos e empregos e, por conseguinte, agravamento da situação econômica dessas mulheres se ressignifique a partir do acolhimento dado (Jesus, 2022). Além disso, a mobilização dos envolvidos em busca de uma inclusão efetiva e afetiva diminui a probabilidade de uma nova barbárie velada prevenindo o eclodir da violência outrora mencionada junto às pessoas com deficiência (Adorno, 1995).

Dentre os atuais da comunidade escolar, a ação do Projeto Pio Inclusão tem contribuído ativamente para uma gestão democrática onde conselho escolar norteia as práticas da unidade e a vez e voz da diversidade ultrapassa as latências contemporâneas e materializam-se.

Referências

ADORNO, Theodor. (1965-1966) Educação após Auschwitz. In: **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995, p. 119-154.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão**. Instrumentos Metodológicos I. 2ª ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

JESUS, Matheus Wisdom Pedro de. **INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**: percepções de mães da APAE Salvador. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2022.

PORTELA, Claudia Paranhos. **Convivendo com a deficiência intelectual**: percursos de cuidado e educação nas redes parental e social de apoio. Volume 21. Curitiba: Editora CRV, 2021.

RIBEIRO, Bruna. **Pedagogia das miudezas**: Saberes necessários à uma pedagogia que escuta. São Carlos: Pedro & João editores, 2022.

SÁ, Sumaia Midlej Pimentel; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** [online]. 2006, vol.16, n.1, pp. 68-84. ISSN 0104-1282.

SANT'ANA, Izabella. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005.

SAVIANI. Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 15ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SILVEIRA, Tânia Baltazar da. **Percepções de mães de alunos com deficiência sobre a inclusão e o preconceito na escola pública**. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2011.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Socioeducacional, Famílias, Deficiência